

ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 023/21/PRES/OAB/RO

Aos 30 de julho de 2021, o excelentíssimo Senhor Doutor ELTON JOSÉ ASSIS, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Rondônia, regularmente eleito e empossado para o exercício de mandato representativo de toda a Advocacia em Rondônia pelo triênio 2019-2021, com fundamento no artigo 29, inciso VII do Regimento Interno da OAB/RO e o disposto na Portaria n 008/2020 que designou Membros do GT do Grupo de Trabalho para a apresentação de ementas, planos e metodologia de cursos a serem realizados por professores voluntários, cadastrados no portfólio do PPP Plano Político Pedagógico da ESA-RO, conforme dispositivo contido no Art. 1º da aludida Portaria, bem ainda o registrado no Plano de Ensino e Ementa da palestra (anexo), apresentada pela advogada: Solange Aparecida da Silva Diretora da ESA/RO e Vice Presidente da OAB/RO, Dr. João Bosco Machado de Miranda: Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica da ESA-RO, qual serão coordenadores do **curso prático de processo administrativo e judicial previdenciário**, Tendo como palestrantes/professora **Juliana de Oliveira Xavier Ribeiro, Carolina Láua, Micheli Barreto e Felipe Lany** (anexo). A programação terá a **duração de 16 horas, divididos em 6 módulos, aplicado em 6 dias, com certificação pela OAB ESA-RO, tendo como PÚBLICO ALVO: Advogado, acadêmicos de direito, estagiários e público geral, LOCAL: plataforma zoom com transmissão para redes sociais (Facebook e Youtube ESA/RO)**, sendo acolhido pela Presidência desta Seccional, qual terá a devida certificação da Escola Superior da Advocacia de Rondônia, de forma colaborativa pelos professores voluntários, objetivando atender as necessidades das Subseções e Comissões da Seccional Rondônia. Assim, a Presidência da OAB RO, **ACOLHE o Plano de Ensino (anexo) e DESIGNA a advogada acima para coordenar e ministrar o aludido curso**, de forma gratuita e colaborativa, com duração de 16 horas, na modalidade EAD, a ser realizado no âmbito da Seccional Rondônia, conforme detalhamento contido no (ANEXO I), do presente ATO. Devendo o referido Plano (Art. 1º), ficar armazenado eletronicamente no portfólio de projetos e cursos da ESA-RO, sob a coordenação e patrocínio da Presidência desta Seccional/RO, para serem replicados, inclusive por meio do ensino à distância (EAD), junto à plataforma da ENA/CFOAB e UNAD-RO. Adote a ESA-RO, por meio de suas unidades vinculadas (coordenadoria de planejamento e gestão estratégica, coordenadoria de Interiorização e integração educacional e diretoria acadêmica), as providências necessárias de registro do Plano



de Ensino, parte integrante do presente ATO (anexo I), bem ainda que, procedam ao cadastramento dos professores colaboradores acima nominados, no banco de talentos internos e no portal institucional de professores especialistas da OAB/RO e ESA RO. Promova-se o planejamento e identificação das necessidades essenciais (logística, divulgação do curso, aporte instrucional nas subseções, entre outros), a dar o suporte e apoio devido aos professores coordenadores, objetivando o êxito do projeto.

Publique-se.

Cumpra-se.



SOLANGE APARECIDA DA SILVA

Vice-Presidente da OAB/RO

Diretora-Geral da ESA/RO



**Proposta de curso de extensão para a Escola Superior de Advocacia- ESA
RONDÔNIA**

Modalidade online e presencial

Nome do curso→	<i>curso prático de processo administrativo e judicial previdenciário</i>
----------------	--

Número de alunos→	Ilimitado - Online
Carga Horária Total→	16 HORAS
Ano/Semestre	2021/ 2º SEMESTRE
Horário	19:00 as 21:30 (horário de Rondônia)
Data	30/08 e 01/09,09/09, 13/09, 15/09 e 20/09
Local:	

EMENTA

MÓDULO 1

Primeiros passos da Advocacia Previdenciária, gestão e marketing para escritórios de advocacia previdenciária.

1) Linhas Gerais: Linhas Gerais da Advocacia Previdenciária. Campos de sucesso da Advocacia previdenciária. Relações do Direito Previdenciário com outros ramos da prática jurídica. Regime Geral e Regime Próprio da Previdência Social. Bases do Direito Previdenciário e Princípios aplicáveis a propositura de ações de concessão e revisão de benefício.

2) Gestão de escritório da advocacia previdenciária e atendimento ao cliente previdenciário: Aprendendo a treinar a sua secretária e a sua equipe. Guia de atendimento ao cliente. Como



realizar uma entrevista eficaz. Gestão de processos previdenciários. Cálculos onde e quando fazer.

3) Marketing Jurídico: Como fazer o marketing jurídico ético. Utilização das redes sociais com moderação. Como gravar vídeos. Em qual pauta. Marketing pessoal. Estratégias.

4) Utilização de parcerias para uma Advocacia eficaz: Formação de parcerias. Contrato de parcerias. Como contratar cliente de advogado parceiro. Quais são as searas de parceria no Direito – Direito do Trabalho, Direito de Família, Direito Penal, Direito Contratual e Direito Tributário.

5) Processo Administrativo Previdenciário – Guia de Siglas utilizadas pelo INSS, Dicas essenciais de CNIS, INSS digital e regras básicas do processo administrativo

MÓDULO 2

Prática do Regime Geral da Previdência Social

- 1) Segurados do Regime Geral da Previdência Social: Segurados empregados, domésticas, avulsos, contribuintes individuais e segurados especiais
- 2) Dependentes: Dependentes econômicos e presumido. Classes de dependentes – Classe 1: esposo, marido, união estável, amante, filhos menores de 21 anos ou inválidos. Conceito de deficiência grave e incapacidade. Menor sob guarda. Novo casamento da viúva. Enteado e menor tutelado. Separado de fato e namoro qualificado.
- 3) Carência e Manutenção da qualidade de segurado: Carência. 1º pagamento em dia. Contagem de carência. Tipos de Carência. Isenção nos benefícios por incapacidade. Carência nas novas aposentadorias programadas. Carência no salário-maternidade, pensão por morte e auxílio reclusão. Carência do segurado especial. Não contagem para fins de tempo intercalado nos benefícios por incapacidade. Manutenção da qualidade de segurado. Contagem. Dependentes legais. Exercícios práticos de contagem da manutenção. Perda da qualidade de segurado. Pedágio e contagem especial. Exercícios práticos.

MÓDULO 3

Aposentadorias Programadas e possíveis ações judiciais

- 1) Aposentadoria por Tempo de Contribuição após a Lei 9.876/99: Requisitos. Fator Previdenciário. Forma de Cálculo. Regra dos pontos. Averbações que são necessários. Termos iniciais para cálculos previdenciários.
- 2) Regras de Transição e Novas Regras após a Reforma da Previdência: Regras atuais. Regras de Direito Adquirido. Regras de transição das aposentadorias programadas.
- 3) Aposentadoria dos professores: Quem são equiparados a professores. Tipos e requisitos para concessão da aposentadoria do professor. Aposentadoria do professor após a EC 103/2019 e regras de transição.



4) Importância das Averbações para concessão de aposentadorias programadas: Tempo rural. Tempo especial. Tempo de aluno aprendiz. Tempo de serviço militar obrigatório. Tempo de trabalho no exterior. Portaria 123/20. Como realizar a averbação?

Parte verde participação especial João Paulo – rural 1 hora – esta aula irá até as 22:30h

5) Aposentadoria por idade: Aposentadorias por idade antes da Lei 9876/99. Aposentadorias por idade durante a Lei 9876/99. Aposentadoria por idade após a Reforma da Previdência.

Questões práticas do rural

MÓDULO 4

Pensão por Morte, Auxílio – Reclusão e Salário- Maternidade – INSS e processo judiciais

1) Pensão por morte: Tipos de dependentes. Requisitos. Casos polêmicos. Alterações desde a Lei 13135/15, Lei 19846/19 e Reforma da Previdência. Regras de transição, legalidades e inconstitucionalidades. Exercícios práticos relacionados a pensão por morte. Auxílio-reclusão.

Conceito de baixa renda. Dependentes. Manutenção da qualidade de segurado. Carência. Repostas da TNU sobre baixa renda. Exercícios práticos. Acumulação da pensão por morte

2) Salário-Maternidade: Salário-maternidade, aborto e adoção. Salário-maternidade – tipos de segurado que tem direito. Carência e manutenção da qualidade de segurado. Aspectos práticos. Antecipação e programação. Responsabilidade social. Empresa Cidadã. Auxílio-doença parental.

MÓDULO 5

Benefícios por incapacidade e perícia médica – INSS e processos judiciais

1) Auxílio-doença: Requisitos, carência, manutenção da qualidade de segurado, tipos de incapacidade, ação de manutenção, reestabelecimento. Novo cálculo de auxílio-doença. Revisão do limitador. Pente fino e ações judiciais. Data de início da incapacidade e efeitos práticos. Data da concessão do benefício e seus efeitos práticos. Incapacidade total.

2) Aposentadoria por Invalidez: Requisitos, carência, manutenção da qualidade de segurado, tipos de incapacidade, ação de manutenção, reestabelecimento. Novo cálculo de auxílio-doença. Revisão do limitador. Pente fino e ações judiciais. Data de início da incapacidade e efeitos práticos. Data da concessão do benefício e seus efeitos práticos. Incapacidade total. Grande invalidez – adicional de 25% na aposentadoria por invalidez. Ações do STJ e STF sobre a extensão dos 25%. Recuperação de mensalidade e evolução prática.

3) Limbo Jurídico e os benefícios por incapacidade. Ações sobre a temática. Lei 13457/17. Efeitos da Portaria 1114/20.

4) LOAS e seus aspectos principais

MÓDULO 6

Processo judicial previdenciário

1) Estrutura, competência e requisitos

2) Dicas práticas sobre o JEF (juizados especiais previdenciários)



3) Dicas práticas do que ajuizar e do que fazer recurso administrativo

Nome do(s) Professor (es)

Palestrantes:

Carolina Láua: Pós-graduada-graduada em Prática Previdenciária e Direito Previdenciário. Advogada previdenciarista. Professora e palestrante. Vice-Presidente da comissão de Direito Previdenciário da Subseção da OAB de Valinhos-SP.

Felipe Schena Lanhi: Professor, Advogado há 10 anos. Especialista em Gestão Pública & Direito Administrativo, em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário e Prática Previdenciária. Pós-Graduando em Direito Previdenciário. Atuante nas áreas do Direito Administrativo, Direito Previdenciário, Direito do Trabalho e Direito dos Servidores Públicos, integrante da Comissão de Direito Previdenciário (Regime Geral), da Comissão de Acesso à Justiça e da Comissão da Moralidade Pública da OAB de Santa Catarina, membro-presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Subseção de Joaçaba/SC, membro do MATI - Movimento da Advocacia Trabalhista Independente - Núcleo SC e representante regional meio-oeste/SC do IAPE - Instituto dos Advogados Previdenciários.

Juliana de Oliveira Xavier Ribeiro: Professora, Doutoranda em Direito Previdenciário pela PUC-SP. Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa/PT. Mestre em Direito Previdenciário pela PUC-SP. Advogada. Coordenadora e professora de cursos de Pós-graduação em Direito. Personal e Professional Coach. Autora de diversas obras jurídicas.

Michele Barreto: aguardando currículo

